

1 Aos cinco dias do mês de fevereiro de 2024, às 10h30min, em segunda convocação, os membros do Conselho de Administração da
2 Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo e representantes da Agência Peixe Vivo (APV) se reuniram para a realização da 45ª Reunião
3 Ordinária do Conselho de Administração, através de uma videoconferência via plataforma do Teams no seguinte link: :
4 https://teams.microsoft.com/j/meetupjoin/19%3ameetingq_ODkyZWJmOWEtYTVIOS00N2M1LTlhYWEtNjM4Y2NjNzFINzY2%40threa
5 [d.v2/0?context=%7b%22id%22%3a%22cb523019-54f6-4658-a4f9-2b208db1eea7%22%2c%22oid%22%3a%222c0b3058-720f-4e9c-](https://teams.microsoft.com/j/meetupjoin/19%3ameetingq_ODkyZWJmOWEtYTVIOS00N2M1LTlhYWEtNjM4Y2NjNzFINzY2%40threa)
6 [8be5-b6eed0dbab07%22%7d](https://teams.microsoft.com/j/meetupjoin/19%3ameetingq_ODkyZWJmOWEtYTVIOS00N2M1LTlhYWEtNjM4Y2NjNzFINzY2%40threa). **Participaram os seguintes associados:** Gustavo Henrique Costa Simões - Cia de Fiação e Tecidos Cedro
7 e Cachoeira; Jadir Silva de Oliveira – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Kenede Antônio dos Reis –
8 Associação AMA Pangeia; Luiz Cláudio de Castro Figueiredo - VALE SA; Valter Vilela Cunha - membro independente e Odorico Pereira
9 de Araújo - membro independente. **Participaram representando a Agência Peixe Vivo (APV):** Elba Alves Silva – diretora geral;
10 Berenice Coutinho Malheiros dos Santos – gerente de administração e finanças; Rúbia Santos Barbosa Mansur - gerente de integração;
11 Thiago Batista Campos - gerente de projetos; Tais Passos Guimarães - coordenadora jurídica e gerente interina de gestão estratégica;
12 Alcione Eneida Santos - analista de gestão estratégica. Representando a Tanto Comunicações, Juciana Cavalcanti. **Início da reunião.**
13 **Item 1. Abertura e verificação de quórum.** Confirmada a verificação do quórum, pela secretária *ad hoc*, a sra. Alcione Eneida Santos,
14 saúde e agradece a todos. O sr. Gustavo Henrique Costa Simões declara aberta a reunião para dar início aos trabalhos. **Item 2.**
15 **Aprovação das justificativas dos ausentes pela maioria dos presentes.** Nelson Cunha Guimarães - Companhia de Saneamento de
16 Minas Gerais (COPASA) justificou previamente a ausência por motivo de viagem no período de férias; Samuel Barreto - The Nature
17 Conservancy (TNC) justificou ausência previamente por motivo de incompatibilidade de sinal de internet. A justificativa foi aprovada
18 por unanimidade pelos presentes. **Item 3. Informes gerais. I. Andamento dos processos de Prestação de contas do IGAM.** Com a
19 palavra a sra. Elba Alves Silva diz que recebeu as análises do IGAM, período 2010-2012, sendo o ponto chave as diárias em torno de
20 R\$900.000,00 (novecentos mil reais) vista como glosa. Explica que após o recurso o valor reduziu para R\$600,00 (seiscentos reais),
21 mas considerando as correções o valor foi atualizado para R\$1.200,00 (mil e duzentos reais). Ademais, informa que as equipes das
22 sras. Berenice Coutinho Malheiros dos Santos e Rúbia Santos Barbosa Mansur levantaram documentos que foram inseridos no recurso
23 objetivando que a glosa seja transformada no máximo em recomendação. Na oportunidade, a sra. Tais Passos Guimarães diz que o
24 SEI atualizou a informação nesta data e que as contas do período em questão foram aprovadas com ressalva de R\$52.050,00
25 (cinquenta e dois mil e cinquenta reais). Com a palavra o sr. Gustavo Henrique Costa Simões pergunta quais períodos estão abertos.
26 A sra. Elba Alves Silva responde que os anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, sendo que de 2018 até 2020 não
27 há nenhum contrassenso. No entanto, foi necessário fazer um recurso, apenas para detalhamento, para explicar inconsistências
28 levantadas pelo IGAM referente ao ano de 2021 em relação ao escritório que fica sediado o Velhas e sobre uma nota fiscal do mês de
29 julho a qual a empresa devolveu o imposto no mês de outubro. Com a palavra, o sr. Gustavo Henrique Costa Simões sugere que este
30 item esteja sempre em acompanhamento com as informações descritas minuciosamente para melhor compreensão. Na
31 oportunidade, o sr. Valter Vilela Cunha informa que segundo o IGAM a previsão de aprovação das contas de 2013 a 2017 é neste mês,
32 porém a sra. Elba Alves Silva diz que o sr. Marcelo da Fonseca não reportou esta informação, mas sinalizou que será antes do processo
33 do CBH do rio Paraopeba ou até a conclusão do contrato de gestão dos afluentes mineiros do rio São Francisco. De antemão, a sra.
34 Tais Passos Guimarães apresenta para os conselheiros um quadro comparativo atualizado dos anos em questão a qual consta a
35 informação trazida pelo sr. Valter Vilela Cunha. **II. Andamento do processo de equiparação entidade – afluentes mineiros do rio São**
36 **Francisco.** Com a palavra, a sra. Elba Alves Silva diz que este item será pauta na reunião do Conselho Estadual previsto para o dia
37 27/03/2024. **III. Andamento do processo equiparação entidade – CBH.** Com a palavra, a sra. Elba Alves Silva diz que este tópico se
38 refere ao processo do CBH do rio Paraopeba. Informa que segundo contato feito pelo sr. Thiago Batista Campos com os colaboradores
39 do IGAM, a proposta é que a minuta do contrato de gestão do CBH do rio Paraopeba seja deliberada antes do processo dos afluentes
40 mineiros do rio São Francisco para que as devidas providências sejam tomadas. Na oportunidade, o sr. Gustavo Henrique Costa Simões
41 pergunta sobre o prazo. A sra. Elba Alves Silva responde que está previsto para o primeiro semestre. **IV. Andamento do processo de**
42 **Chamamento Público nº 02/2023, que busca selecionar Organização da Sociedade Civil (OSC) para exercer a função de secretaria**
43 **executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba (CBH Paraíba).** Com a palavra, a sra. Elba Alves Silva informa que já foi
44 realizada a primeira análise, porém a APV foi eliminada nesta fase por ter apresentado apenas a documentação dos gerentes
45 inicialmente. No entanto, baseada previsão do edital que a documentação da equipe técnica poderia ser anexada posteriormente foi
46 feito um recurso para envio desta documentação pós assinatura do contrato. Segue explicando que no momento a empresa Instituto
47 dos Sonhos (Paraíba) está em primeiro lugar por ter acatado o valor proposto pela ANA e que a APV está em terceiro lugar por ter
48 perdido um ponto por ultrapassar o orçamento da ANA e dois pontos na questão da documentação. Salienta que mesmo com a perda
49 de pontos a APV não está eliminada. Ademais, diz que em segundo lugar está o Instituto Terra, importante empresa atuante na área
50 de recursos hídricos. Com a palavra, o sr. Gustavo Henrique Costa Simões salienta que a APV foi convocada em cima do prazo para
51 participar e que o intuito é ser futuramente secretária executiva. Acredita que considerando as outras demandas como o processo do
52 CBH do rio Paraopeba é necessário cautela. **V. Andamento do TAC (6º Aditivo TC Água).** Com a palavra, a sra. Elba Alves Silva que o
53 TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) em questão se refere ao Ministério Público de Brumadinho, sendo que em relação ao
54 recurso, R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões) seriam destinados para a APV e R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões) para os
55 comitês do Velhas e Paraopeba. Objetivando o delineamento dos andamentos, informa aos conselheiros que em reunião com o sr.
56 Marcelo da Fonseca e membros dos comitês do Velhas e Paraopeba ficou acordado que um dos projetos será o de maracujá tendo



57 como localização a nascente dos Velhas, além do projeto PSA, condutor de água em Itabirito. Salaria que serão realizadas outras
58 reuniões com projetos pré-estabelecidos, inclusive para a entrada da Plataforma Sementes. Ademais, explica que no momento o
59 Velhas está com os projetos alinhados, porém o Paraopeba propôs fazer uma análise junto com o plano de bacia para definir a linha
60 de atuação no uso do recurso e dentro deste contexto, apesar de não haver formalmente o contrato de gestão, considerou importante
61 oferecer o apoio da APV para o CBH do rio Paraopeba. Na oportunidade, o sr. Gustavo Henrique Costa Simões pergunta sobre os
62 trâmites financeiros. Após lhe ser facultada a palavra, a sra. Taís Passos Guimarães explica que o recurso ocorrerá após abertura do
63 processo judicial, sendo que é necessário que ocorra a homologação do juiz. Após a homologação o recurso será depositado no
64 processo e a APV terá um prazo de 60 (sessenta) dias para detalhar os projetos. Informa que o detalhamento precisa ser aprovado na
65 Plataforma Sementes para posteriormente o Ministério Público pedir a transferência do recurso depositado judicialmente. Com a
66 palavra, o sr. Gustavo Henrique Costa Simões diz que considerando a sua experiência em acordo judicial, acredita que os prazos
67 podem ser estender por maior período. Reforça que é importante manter a diálogo com o IGAM sobre este tópico. **VI. Publicação da**
68 **Lei do Estado de Minas Gerais nº. 24.673, de 12 de janeiro de 2024.** Com a palavra, a sra. Elba Alves Silva informa que a Lei nº
69 24.673/2024 tem como vantagem a ampliação da porcentagem repassada para os entes de gerenciamento de recursos hídricos de
70 7,5% (sete e meio por cento) para 20% (vinte por cento). Mas, ressalta que o sr. Marcelo da Fonseca explicou que 15% (quinze por
71 cento) deve ser destinado a APV e o restante para outros entes de Minas Gerais. No entanto, ainda considera a lei benéfica. Ato
72 contínuo, faz um comparativo entre a lei federal que permite o pagamento dos colaboradores com 92,5% (noventa e dois e meio por
73 cento) enquanto a lei estadual só permite com 7,5% (sete e meio por cento). Outrossim, este aumento mesmo não estando
74 assegurado, será útil. Com a palavra, o sr. Valter Vilela Cunha pergunta se esta definição depende da publicação do decreto, ou seja,
75 da regulamentação da lei. A sra. Elba Alves Silva diz que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprova e define a proporcionalidade
76 entre os entes e, após diálogo com os srs. Valter Vilela Cunha e Odorico Pereira de Araújo sobre o assunto, contextualiza que decreto
77 norteia as diretrizes. Na oportunidade, o sr. Gustavo Henrique Costa Simões pergunta se a lei federal influencia nessas demandas
78 estaduais. Com a palavra, o sr. Valter Vilela Cunha diz que uma lei estadual pode ser mais permissível que a federal. O sr. Odorico
79 Pereira de Araújo segue explicando que aproximadamente em 2017 estava em discussão no Conselho Nacional a alteração de 7,5%
80 (sete e meio por cento) para 10% (dez por cento) e posteriormente esta decisão seria encaminhada para aprovação na Câmara, porém
81 não sabe dizer como esta proposta evoluiu. Após lhe ser facultada a palavra, o sr. Luiz Cláudio de Castro Figueiredo acrescenta que
82 esta lei se refere ao Fhidro (Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de
83 Minas Gerais), com finalidade para Minas Gerais, e não ao recurso da cobrança. Ademais, demonstra insegurança sobre a
84 disponibilidade deste recurso. Com a palavra, a sra. Taís Passos Guimarães explica que um artigo da lei do Fhidro modificou a lei
85 13.199/1999 no que diz respeito a alteração do percentual. Diante do assunto analisado pelos conselheiros, diz que a Comissão de
86 Justiça é responsável para avaliar a questão de competência. Assim, o sr. Gustavo Henrique Costa Simões solicita que seja feita uma
87 contextualização do assunto debatido. **Item 4. Potenciais novos membros CA.** Com a palavra, a sra. Taís Passos Guimarães informa
88 aos conselheiros que o sr. Vitor Márcio Nunes Feitosa alegou indisponibilidade para ser membro do CA por questão de logística, no
89 entanto acionou a sra. Patrícia Boson que no momento não pode assumir este compromisso. Segue explicando que fez contato com
90 as sras. Maria de Lourdes Pereira dos Santos e Heloísa Franco, nomes sugeridos anteriormente diante da competência profissional, e
91 ambas demonstraram interesse em ser membro do CA, inclusive como presidente. Assim, ficou acordado que após o convite formal
92 entrarão em contato com os distintos responsáveis para prosseguimento. Com a palavra, o sr. Gustavo Henrique Costa Simões, assim
93 como os demais conselheiros, corrobora com o perfil dos nomes sugeridos e demonstra satisfação pelo interesse de ambas. Sugere
94 que este assunto seja devidamente discutido entre os conselheiros para assim compor adequadamente o CA. Após lhe ser facultada
95 a palavra, a sra. Rúbia Santos Barbosa Mansur opina que possíveis nomes também sejam indicados como associados para
96 representação na Assembleia Geral. Em suma, o sr. Gustavo Henrique Costa Simões diz que o assunto será avaliado para possível
97 pauta da próxima reunião. **Item 5. Assuntos Gerais.** Com a palavra, o sr. Gustavo Henrique Costa Simões informa que está analisando
98 a minuta do edital simplificado para a contratação do novo gerente de gestão estratégia da APV, mas que pretende conversar com a
99 sra. Elba Alves Silva pessoalmente sobre o assunto. Após, o documento será encaminhado para avaliação do conselho. Na sequência,
100 a sra. Elba Alves Silva diz que foi acionada para um encontro com os dirigentes de entidades delegatárias e convida os conselheiros
101 para participar no dia 16/02/2024 na sede da APV. Segue informando os itens de pauta: concessão de diárias, uma vez que o TCU
102 vetou a utilização do recurso da cobrança para diária internacional; posicionamento dos cargos dos colaboradores, considerando a
103 decisão da ANA de que a ascensão dos cargos é mediante concurso público; execução do PAP e; recomposição do grupo para
104 acompanhamento do contrato de gestão. Com a palavra, a sra. Taís Passos informa aos conselheiros a questão da permanência dos
105 associados na APV, item discutido anteriormente na Assembleia Geral e solicitado atualização pelo sr. Kenede Antônio dos Reis.
106 Salaria que após os ofícios encaminhados, a Rima Industrial S.A demonstrou interesse na continuidade e de oficializar a resposta nos
107 próximos dias. Os demais associados, SINFERSI, SOPROGER, VOTORANTIN e FERROUS, não manifestaram dentro do prazo de 30
108 (trinta) dias. Com a palavra, o sr. Luiz Cláudio de Castro Figueiredo informa que a FERROUS foi adquirida pela VALE S.A e que o ofício
109 será encaminhado para formalizar o desligamento como associada da APV. **Item 6. Resumo dos Encaminhamentos.** Com a palavra, a
110 sra. Alcione Eneida Santos diz os encaminhamentos serão observados de acordo com as solicitações feitas durante a reunião. Na
111 oportunidade, a sra. Taís Passos Guimarães diz que será criada uma pauta fixa para tratar sobre a questão da inadimplência de acordo
112 com os desdobramentos de cada reunião. **Item 7. Forma de aprovação da ata da reunião (e-mail ou assinatura).** Por uma questão

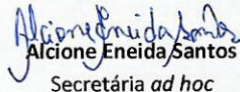


113 de logística ficou acordado que a ata da 45ª reunião ordinária do CA será aprovada na próxima reunião. **Item 8. Encerramento.** Uma
114 vez não havendo mais assuntos a serem debatidos, o presidente interino do Conselho de Administração da Agência de Bacia
115 Hidrográfica Peixe Vivo/Agência Peixe Vivo agradece a participação de todos os presentes e às 11h32min, encerra a reunião, da qual
116 eu, Alcione Eneida Santos, secretária *ad hoc*, lavrei esta ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo presidente interino do
117 Conselho e Administração e por mim.



Gustavo Henrique Costa Simões

Presidente interino do Conselho de Administração da Agência Peixe Vivo



Alcione Eneida Santos

Secretária *ad hoc*